



**Estratégia**  
CARREIRA JURÍDICA

**3º SIMULADO**

**MAGISTRATURA**  
**ESTADUAL**

## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada nos concursos de Magistratura Estadual para o cargo de **Juiz**;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil das últimas bancas organizadoras de certames;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Cartão de Respostas																			
1		11		21		31		41		51		61		71		81		91	
2		12		22		32		42		52		62		72		82		92	
3		13		23		33		43		53		63		73		83		93	
4		14		24		34		44		54		64		74		84		94	
5		15		25		35		45		55		65		75		85		95	
6		16		26		36		46		56		66		76		86		96	
7		17		27		37		47		57		67		77		87		97	
8		18		28		38		48		58		68		78		88		98	
9		19		29		39		49		59		69		79		89		99	
10		20		30		40		50		60		70		80		90		100	

## PROVA OBJETIVA

### Direito Civil

#### Questão 1

Letícia é casada com Saulo, mas mantinha um relacionamento extraconjugal com Jonathan, quando engravidou. Nasceu Mada, que foi registrada em nome de Saulo e era tido por este como filha. Entretanto, em razão de sua semelhança física com Jonathan, este ajuizou um pedido de reconhecimento de paternidade, tendo o teste de DNA comprovado o vínculo biológico. Saulo ama seu filho e quer manter-se como pai de Mada.

Assinale a solução que deve ser adotada, considerando o entendimento de Jurisprudência.

A) Deverá prevalecer a paternidade biológica, devendo ser retirado o nome de Saulo do registro de nascimento, e ser inserido o nome de Jonathan.

B) Deverá prevalecer a paternidade socioafetiva, devendo continuar a constar como pai de Mada, no registro de nascimento, somente Saulo.

C) O sistema jurídico somente admite a pluripaternidade como uma situação provisória, devendo Mada, após a maioridade, escolher quem continuará a constar do seu registro de nascimento como pai.

D) Deverá ser incluído o nome de Jonathan como pai no registro de nascimento, para os efeitos jurídicos próprios, devendo, entretanto, ser mantido o nome de Saulo, em razão da paternidade socioafetiva deste.

E) Poderá ser incluído o nome de Jonathan como pai no registro de nascimento, mas sem os efeitos jurídicos decorrentes da paternidade, salvo o de permitir o conhecimento, por parte de Mada, da sua origem genética, por ter prevalência a paternidade socioafetiva de Saulo.

#### Questão 2

Quanto ao tema “obrigações”, julgue o item a seguir:

O fornecimento de 100.000 toneladas de petróleo em dez carregamentos idênticos, previamente ajustados, é uma obrigação quanto ao tempo de adimplemento:

A) De execução continuada;

B) Simples;

C) Momentânea;

D) De dar coisa incerta;

E) Divisível.

#### Questão 3

Assinale a alternativa correta sobre os institutos da prescrição e a decadência:

A) os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais que derem causa à prescrição ou não a alegarem oportunamente; no que se refere à decadência, a lei não prevê a referida ação regressiva.

B) antes de sua consumação, a interrupção da prescrição pode ocorrer mais de uma vez; aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição, salvo disposição legal em contrário.

C) a prescrição e a decadência legal e convencional podem ser alegadas em qualquer grau de jurisdição, podendo o juiz conhecê-las de ofício, não havendo necessidade de pedido das partes.

D) é válida a renúncia à prescrição e à decadência fixada em lei, desde que não versem sobre direitos indisponíveis ou sobre questões de ordem pública ou interesse social.

E) não é aplicável, com relação aos ébrios habituais, aos viciados em tóxico e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, a suspensão ou interrupção da prescrição e da decadência.

**Questão 4**

Larissa Manoela propôs ação de usucapião extraordinária em uma das varas cíveis da comarca de Campinas-SP.

Sobre a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- A) a sentença servirá de título para registro no cartório de imóveis, em caso de procedência da ação.
- B) a petição inicial deve conter comprovação dos requisitos de boa-fé e do justo título de Larissa Manoela.
- C) o requisito temporal não pode ser completado no curso do processo, em nenhuma hipótese.
- D) o juiz deverá verificar se o autor comprovou a posse ininterrupta por pelo menos cinco anos.
- E) o período de posse precária poderá ser considerado para fins de verificação do cumprimento do requisito temporal dessa modalidade de usucapião.

**Questão 5**

Quanto aos contratos, segundo o Código Civil, analise as afirmativas a seguir.

- I. A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, cabendo, ainda, indenização por perdas e danos.
- II. Aquele que tiver prometido fato de terceiro responderá por perdas e danos, quando este o não executar, exceto se o terceiro for o cônjuge do promitente, dependendo da sua anuência o ato a ser praticado, e desde que, pelo regime do casamento, a indenização, de algum modo, venha a recair sobre os seus bens.
- III. É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante, independente do regime de bens, expressamente houverem consentido.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, e III, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) III, apenas.

D) I, apenas.

E) Todas as afirmativas estão corretas.

**Questão 6**

Assinale a alternativa correta sobre os institutos da posse e da detenção.

- A) Considera-se detentor aquele que exerce a posse direta sobre determinado bem.
- B) Não se admite a aquisição da posse por meio de terceiro, sem mandato, ainda que com posterior ratificação.
- C) O possuidor esbulhado não poderá restituir-se por sua própria força, em razão da vedação da autotutela.
- D) Denomina-se posse de boa-fé aquela que não for violenta, clandestina ou precária.
- E) O possuidor com justo título tem por si, em regra, a presunção de boa-fé.

**Questão 7**

Em um contrato de compra e venda de uma vaca leiteira, Raissa e Sharman pactuaram livremente prazo de trinta dias para o exercício de eventual direito de arrependimento.

No caso acima descrito, o referido prazo de arrependimento possui natureza:

- A) prescricional e pode ser reconhecido de ofício pelo juiz.
- B) prescricional e somente pode ser suscitado pelas partes.
- C) decadencial e pode ser reconhecido de ofício pelo juiz.
- D) decadencial e somente pode ser suscitado pelas partes.
- E) diversa da prescricional ou decadencial.

**Questão 8**

Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta:

- A) A responsabilização do sócio é, em regra, solidária, com base no abuso da personalidade jurídica.
- B) Decidido, no juízo criminal, sobre a autoria de determinado ato, tal questão não poderá ser rediscutida no juízo cível.
- C) De acordo com o Código Civil, obrigação de indenizar não se transmite com a herança.
- D) Aquele que demandar por dívida já totalmente paga, ficará obrigado a pagar ao demandado o triplo do que houver cobrado.
- E) Os prejuízos decorrentes de caso fortuito afastam o elemento culpa, suprimindo, por isso, a responsabilidade civil de indenizar.

#### Questão 9

De acordo com o Código Civil, toda pessoa tem direito ao nome, nele, compreendidos o prenome e o sobrenome. A lei de registros públicos e a atual jurisprudência do STJ admitem alteração

- A) no prenome, desde que substituído por apelido notório no ambiente familiar.
- B) no prenome, em caso de fundada ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação administrativa de juiz.
- C) de nome nos dois primeiros anos após ter atingido a maioridade civil, desde que não prejudique os apelidos de família.
- D) de prenome e do sexo/gênero dos transexuais mesmo sem a realização da cirurgia de transgenitalização.
- E) de prenome e sobrenome suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, sendo necessária audiência do Ministério Público para os menores de dezesseis anos.

#### Questão 10

Sobre o inadimplemento das obrigações, assinale a alternativa correta:

- A) É nula a cláusula contratual pela qual o devedor de determinada obrigação se responsabiliza pelos

prejuízos decorrentes de caso fortuito ou força maior.

B) A penalidade estabelecida em cláusula penal pode ser equitativamente reduzida pelo juiz se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, considerando a natureza e finalidade do negócio.

C) Para exigir lucros cessantes, o credor deverá comprovar, objetivamente, o quanto deixou de lucrar, por meio de prova documental reconhecida.

D) O valor da cominação imposta em cláusula penal pode exceder o da obrigação principal em até 15%.

E) O valor estipulado a título de arras não pode ser superior a 30% (trinta por cento) do valor total da obrigação.

#### Direito Processual Civil

Com base no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), responda às seguintes perguntas.

#### Questão 11

Assinale a alternativa correta:

A) A razoável duração do processo só começou a ser obrigatória, no Direito Brasileiro, a partir da emenda constitucional n. 45/2004. Na ação popular, o proferimento da sentença além do prazo estabelecido privará o juiz da inclusão em lista de merecimento para promoção, durante 2 (dois) anos, e acarretará a perda, para efeito de promoção por antiguidade, de tantos dias quantos forem os do retardamento, salvo motivo justo, declinado nos autos e comprovado perante o órgão disciplinar competente.

B) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei. Uma dessas exceções é a possibilidade de o juiz iniciar, de ofício, o processo de inventário.

C) A mediação não é a técnica adequada para a solução de um conflito entre pessoas que não mantinham vínculo anterior.

D) As hipóteses de primazia do julgamento do mérito foram diminuídas com o novo Código de Processo Civil.

E) As hipóteses de juízo de retratação foram diminuídas com o novo Código de Processo Civil.

### Questão 12

Marque a alternativa correta:

A) A cláusula de eleição de foro pode ser estabelecida tanto em contrato internacional quanto em contrato interno, sendo que, em ambos os casos, competirá ao réu alegar a abusividade da cláusula em contestação, sob pena de preclusão.

B) A contestação pode conter, em seu bojo, a reconvenção, sendo que esta não pode ser ofertada pelo réu contra o autor e terceiro, tampouco ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

C) O processo administrativo perante o Tribunal de Contas, relativo à apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, deve assegurar ao interessado o contraditório e a ampla defesa, visto que a decisão pode resultar em extinção de ato administrativo com prejuízo ao interessado.

D) A Administração Pública pode se submeter à arbitragem, quando for resolvida seja pelo direito, seja pela equidade. Ademais, pode o ente público optar pelo sigilo da arbitragem.

E) A teoria do direito de ação de Bulow e Wach não reconhece a autonomia do direito processual em relação ao direito material.

### Questão 13

Assinale a alternativa correta.

A) Compete ao Superior Tribunal de Justiça decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal da mesma seção judiciária.

B) A competência para processar e julgar as demandas que têm por objeto obrigações decorrentes dos contratos de planos de previdência pública e privada firmados com a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER é da Justiça Federal.

C) Nos casos de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, é competente

a Justiça estadual para o julgamento de demanda proposta exclusivamente contra a Eletrobrás. Requerida a intervenção da União no feito após a prolação de sentença pelo juízo estadual, os autos devem ser remetidos ao Tribunal Regional Federal competente para o julgamento da apelação se deferida a intervenção.

D) Compete à Justiça Estadual o processo e julgamento de demanda em que se discute a ausência de ou o obstáculo ao credenciamento de instituição particular de ensino superior no Ministério da Educação como condição de expedição de diploma de ensino a distância aos estudantes.

E) A avaliação da indenização devida ao proprietário do solo, em razão de alvará de pesquisa mineral, é processada no Juízo Federal da situação do imóvel.

### Questão 14

Marque a alternativa incorreta.

A) O *amicus curiae* pode opor embargos de declaração e recorrer do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).

B) Na denunciação da lide, procedente o pedido da ação principal, pode o autor, se for o caso, requerer o cumprimento da sentença também contra o denunciado, nos limites da condenação deste na ação regressiva

C) A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

D) Em demandas de fornecimento de medicamentos contra apenas um ente federativo, não é possível que esse ente promova o chamamento ao processo.

E) A concessão de tutela provisória de evidência, em decisão interlocutória, fará coisa julgada material, caso o réu não interponha agravo de instrumento.

**Questão 15**

Considerando o NCPC, a resposta correta é:

A) Durante as férias forenses e feriados, para serem praticados atos de citação, intimação e penhora, haverá necessidade de autorização judicial.

B) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas, podendo ser concluído depois quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano. Nos juizados especiais, porém, os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno.

C) Há previsão expressa da possibilidade de pedido genérico em ação indenizatória por danos morais, razão pela qual o valor da causa poderá se limitar ao valor dos danos materiais.

D) A audiência prévia de tentativa de autocomposição deve ser dispensada nos casos em que se discutam direitos indisponíveis, tais como as ações envolvendo investigação de paternidade, divórcio e alimentos.

E) Se o juiz constatar fato modificativo novo, que surja após a propositura de uma ação, influenciando diretamente o julgamento do mérito, poderá reconhecer de ofício, sem ouvir as partes anteriormente.

**Questão 16**

Marque a alternativa incorreta:

A) Impõe-se ao advogado e ao defensor público o ônus de intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

B) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato, podendo o juiz limitar este quantitativo em virtude da complexidade da causa e dos fatos individualmente considerados.

C) O Código não mantém o sistema de reperguntas do CPC/73. Agora, as testemunhas são inquiridas diretamente pelas partes.

D) A demonstração de que determinado fato ocorreu em rede social acessível pela internet

poderá ser realizada com a juntada aos autos de ata notarial.

E) Se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena.

**Questão 17**

A resposta incorreta, conforme enunciados das Jornadas do Conselho da Justiça Federal, é:

A) Ao proferir decisão parcial de mérito ou decisão parcial fundada no art. 485 do CPC, condenar-se-á proporcionalmente o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor, nos termos do art. 85 do CPC.

B) As disposições previstas nos arts. 190 e 191 do CPC poderão aplicar-se aos procedimentos previstos nas leis que tratam dos juizados especiais, desde que não ofendam os princípios e regras previstos nas Leis n. 9.099/1995, 10.259/2001 e 12.153/2009.

C) O recurso cabível contra a decisão que julga a liquidação de sentença é o Agravo de Instrumento.

D) Nos processos sobrestados por força do regime repetitivo, não é possível a prolação de decisão, inclusive tutela de urgência.

E) É considerada omissa, para efeitos do cabimento dos embargos de declaração, a decisão que, na superação de precedente, não se manifesta sobre a modulação de efeitos.

**Questão 18**

Segundo o NCPC e a jurisprudência do STJ, é incorreto afirmar:

A) A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro; a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel; o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer.

B) Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens

que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato construtivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro.

C) No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública.

D) Se a decisão que julga procedente, na primeira fase, a ação de exigir contas, será uma sentença, contra a qual cabe apelação.

E) A habilitação ocorre quando, por falecimento de qualquer das partes, os interessados houverem de suceder-lhe no processo.

#### Questão 19

Assinale a alternativa incorreta:

A) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

B) Não é agravável o pronunciamento judicial que postergar a análise de pedido de tutela provisória ou condicioná-la a qualquer exigência.

C) O pagamento do preparo recursal pode ser comprovado por intermédio de recibo extraído da internet, desde que esse meio de constatação de quitação possibilite a aferição da regularidade do recolhimento.

D) O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.

E) A Lei nº 8.009/90 (proteção ao bem de família) aplica-se à penhora realizada antes de sua vigência.

#### Questão 20

Assinale a assertiva que representa posição dos Tribunais Superiores a respeito do NCPC e da Tutela Coletiva:

A) Cabe o habeas data mesmo que não tenha havido recusa de informações por parte da autoridade administrativa.

B) É lícita a prisão civil de depositário infiel.

C) Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de mandado de segurança.

D) A suspensão da liminar em mandado de segurança não vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva de concessão da segurança, mas sim até a decisão do órgão jurisdicional de 2º grau.

E) O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito de crianças e adolescentes independentemente do exercício do poder familiar dos pais ou do fato de o menor se encontrar nas situações de risco descritas no artigo 98 do ECA ou de quaisquer outros questionamentos acerca da existência ou eficiência da Defensoria Pública na comarca.

Direito do Consumidor

#### Questão 21

À luz da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa INCORRETA a respeito das relações consumeristas:

A) A cláusula penal moratória tem a finalidade de indenizar pelo adimplemento tardio da obrigação, e, em regra, estabelecida em valor equivalente ao locativo, afasta-se sua cumulação com lucros cessantes.

B) As regras da Lei nº 13.786/2018, que acrescentou o art. 43-A na Lei nº 4.591/64 para tratar sobre o inadimplemento, parcial ou absoluto, em contratos de compra e venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de unidades autônomas integrantes de incorporação imobiliária ou de loteamento não podem ser aplicadas os contratos anteriores à sua vigência.

C) A natureza da cláusula penal moratória é eminentemente reparatória, indenizatória, possuindo também, reflexamente, uma função dissuasória, de desestímulo ao descumprimento.

D) No contrato de adesão firmado entre o comprador e a construtora/incorporadora, a cláusula penal deverá ser fixada apenas para o inadimplemento do adquirente.

E) Nos casos de obrigações de natureza heterogênea, por exemplo, obrigação de fazer e obrigação de dar, impõe-se a sua conversão em dinheiro, apurando-se valor adequado e razoável para arbitramento da indenização pelo período de mora, vedada sua cumulação com lucros cessantes.

#### Questão 22

A respeito dos integrantes e do objeto da relação de consumo, assinale a opção correta.

A) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos contratos de previdência privada e à relação estabelecida entre condomínio e condôminos.

B) Qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, desde que haja remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, e exceto as decorrentes das relações de caráter trabalhista, pode ser considerada como serviço.

C) Segundo a Teoria maximalista ou objetiva consumidor é somente aquele que adquire ou utiliza um produto para uso próprio ou de sua família.

D) Para a Teoria finalista ou subjetiva, o destinatário final é o destinatário fático, não importando a destinação econômica dada ao bem nem se aquele que adquire o produto ou o serviço tem, ou não, finalidade de lucro.

E) O STJ entende que se deve sempre adotar, considerando-se o disposto no CDC, a teoria finalista, segundo a qual o consumidor é o destinatário final do produto ou serviço.

#### Questão 23

Francisco adquiriu um aparelho celular em um determinado supermercado da sua cidade, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), tendo pago à vista. Após 40 dias de uso regular do aparelho, ele não mais funcionava. Diante dessa situação, assinale a opção correta à luz das normas que regem as relações de consumo.

A) A troca do celular ou a devolução do valor pago pelo supermercado pode ser exigido no prazo legal de arrependimento, de sete dias, a partir da data da compra.

B) O direito do consumidor de reclamar do defeito no aparelho caducou, pois ele não o exerceu no prazo legal de trinta dias.

C) O consumidor tem direito à substituição imediata do celular, em razão do vício do produto que o faz inapropriado ao uso.

D) Se o supermercado não sanar o defeito e não tiver, em estoque, outro aparelho da mesma marca e modelo, poderá, autorizado pelo consumidor, substituir o celular defeituoso por outro de marca ou modelo diverso, com a complementação ou restituição de eventual diferença de preço.

E) O supermercado não pode ser acionado juridicamente por Francisco, porque, nesse caso, a responsabilidade é exclusiva do fabricante.

#### Questão 24

Antonio, após realizar sua refeição em um restaurante localizado na rua da sua casa, foi abordado por dois assaltantes que levaram sua carteira e motocicleta, no estacionamento externo e gratuito do estabelecimento. Diante dessa situação, e com base no entendimento jurisprudencial, assinale a alternativa correta.

A) O restaurante responde objetivamente, perante o cliente, pela reparação de dano ocorrido em seu estacionamento.

B) Houve, no caso, fortuito interno, relacionado com a organização da empresa, o qual exclui a obrigação do fornecedor de indenizar o consumidor.

C) O restaurante responde subjetivamente, perante o cliente, pela reparação de dano ocorrido em seu estacionamento.

D) Como se trata de fortuito interno, o fato de terceiro pode excluir a responsabilidade do restaurante.

E) O estacionamento representa mera comodidade, sendo área aberta, gratuita e de livre acesso por todos, não podendo o restaurante ser responsabilizado pelo assalto ocorrido.

#### Questão 25

No tocante à defesa do consumidor em juízo, julgue os itens a seguir:

I - Em caso de litigância de má-fé a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão subsidiariamente condenados em honorários advocatícios, nas custas e nas despesas processuais, estas e aquelas em dobro, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.

II - Nas ações coletivas visando à obtenção da tutela específica somente haverá adiantamento de custas ou emolumentos, e de honorários periciais, excluídas quaisquer outras despesas, salvo se caracterizada má-fé processual. .

III - Para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.

IV - A conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

A) Apenas I e II estão corretos.

B) Apenas II e III estão corretos.

C) Apenas III está correto.

D) Apenas III e IV estão corretos.

E) Apenas IV está correto.

#### Questão 26

Acerca das súmulas dos Tribunais Superiores sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse do menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda.

B) É necessária a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão da medida socioeducativa.

C) No procedimento para aplicação de medida socioeducativa, é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.

D) O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, conduz à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente.

E) A prescrição penal é aplicável nas medidas socioeducativas.

#### Questão 27

Tendo em vista as normas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

A) O juiz pode disciplinar, por portaria, a entrada e permanência de crianças desacompanhadas dos pais em teatros, desde que a portaria tenha caráter geral.

B) O dever de indenização por dano à imagem da criança, quando veiculada sem a autorização do representante legal, é *in re ipsa*.

C) Na ação de destituição do poder familiar proposta pelo Ministério Público cabe a nomeação da Defensoria Pública para atuar como curadora especial do menor.

D) Quando ocorrer a decretação da perda do poder familiar da mãe biológica, em razão da suposta entrega da filha para adoção irregular (*adoção à brasileira*), é dispensável a realização do estudo social e avaliação psicológica das partes litigantes.

E) Compete à Justiça do Trabalho autorizar trabalho artístico de crianças e adolescentes.

**Questão 28**

Com base nas normas internacionais sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, assinale a alternativa correta.

A) De acordo com as disposições das Nações Unidas, na Convenção sobre os Direitos da Criança, em todo o processo judicial ou administrativo que a afete, deve ser assegurada à criança que tenha capacidade de formular seus próprios juízos a oportunidade de ser ouvida, levando-se devidamente em consideração as opiniões em função da idade e maturidade dela.

B) A Convenção dos Direitos da Criança não foi ratificada pelo Brasil, embora tenha servido como documento orientador para a elaboração do ECA.

C) A Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU define *criança* como todo ser humano que não atingir a maioridade civil e penal ou que for declarado totalmente incapaz, desde que menor de 18 anos, nos termos da legislação aplicável.

D) A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança prevê o direito à adoção internacional como meio de cuidado às crianças, não a condicionando à ausência de atendimento adequado em seu país de origem.

E) A doutrina da Situação Irregular é uma das principais linhas norteadoras do atual direito da infância e juventude.

**Questão 29**

Tendo em vista as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Incumbe ao Poder Público proporcionar assistência psicológica à gestante ou à mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção.

B) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e impressão digital da mãe.

C) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se tratamento cruel ou

degradante dispensado à criança aquele que a humilhe, ameace gravemente ou ridicularize.

D) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência juntos aos pais.

E) É dever do Estado assegurar a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

**Questão 30**

Acerca da colocação na família substituta, assinale a alternativa correta.

A) A criança ou o adolescente colocado em família substituta pode ser transferido a terceiros ou a entidades governamentais ou não governamentais, desde que mediante autorização judicial.

B) De acordo com o ECA, quando haja tutor indicado em testamento, não há necessidade de posterior ratificação judicial.

C) No procedimento de adoção, o adolescente pode ser ouvido judicial apenas para a apuração de seu interesse em cumprir o estágio de convivência.

D) A criança ou adolescente submetido ao programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada anualmente.

E) O deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros, em qualquer caso, impede o exercício de direito de visitas pelos pais naturais.

Direito Penal

**Questão 31**

Sobre o crime previsto no artigo 273, § 1º-B, VII, do CP, surgiu controvérsia sobre a efetiva proporcionalidade do preceito secundário em relação à conduta incriminada. Referida norma tipifica a conduta, por exemplo, de ter em depósito para vender cosméticos de origem ignorada. O Superior Tribunal de Justiça firmou a seguinte posição:

- A) O Poder Judiciário não detém competência para interferir nas opções feitas pelo Poder Legislativo.
- B) Deve-se aplicar o preceito secundário do crime de descaminho, em atenção ao princípio da proporcionalidade.
- C) O preceito secundário aplicável deve ser o de tráfico de drogas, em razão da desproporção entre o dano ou perigo à saúde e a pena.
- D) A norma é inconstitucional, por violação da proporcionalidade, o que faz com que a conduta seja atípica.
- E) É inconstitucional, por não se compatibilizar com a Constituição a previsão de crimes de perigo abstrato, notadamente em razão da incidência do princípio da ofensividade.

#### Questão 32

João é auditor fiscal de rendas de determinado Estado. Ele foi até um estabelecimento comercial de um microempresário e colocou um aviso ao lado da porta frontal, com o comunicado sobre todos os tributos devidos. Referido procedimento não está previsto em nenhuma norma. Ele praticou o seguinte crime:

- A) Excesso de exação.
- B) Violência arbitrária.
- C) Corrupção passiva.
- D) Calúnia.
- E) Ato atípico, sendo um ilícito civil e administrativo.

#### Questão 33

João, maior e capaz, praticou o crime de roubo, com o uso de uma faca, em 2015. Apontou a arma para a vítima dentro de um prédio comercial, pegou seu aparelho celular e correu para fora do prédio, sendo perseguido pelos vigilantes do local e detido antes de chegar à esquina.

Maurílio, com auxílio de Marta, ambos maiores e capazes, subtrai R\$ 2.000,00 da gavete de seu pai, de 50 anos de idade, enquanto este estava no

trabalho. Aproveitou-se da chave que seu pai lhe dera para algum caso de urgência.

Assinale a alternativa correta sobre os crimes praticados:

- A) João praticou roubo simples tentado; Maurílio é isento de pena e Marta responderá pelo crime de furto qualificado por abuso de confiança.
- B) João praticou roubo simples consumado; Maurílio é isento de pena e Marta responderá pelo crime de furto simples.
- C) João praticou roubo majorado consumado; Maurílio e Marta responderão pelo furto qualificado pelo abuso de confiança, já que a vítima possui 50 anos de idade.
- D) João praticou roubo majorado consumado; Maurílio e Marta responderão por furto simples, já que a vítima possui 50 anos de idade.
- E) João praticou roubo simples consumado; Maurílio é isento de pena e, por conseguinte, Marta não responderá por crime algum, já que era sua partícipe.

#### Questão 34

Quanto aos crimes previstos nos artigos 288 e 288-A do CP, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Associarem-se três ou mais pessoas para o fim específico de cometer crimes configura o crime de associação criminosa, que substituiu o anterior delito de quadrilha ou bando.
- B) O crime de constituição de milícia privada não traz um número mínimo de agentes para a configuração do delito, apesar de ser um crime classificado como plurissubjetivo.
- C) A jurisprudência dos Tribunais Superiores aponta a desnecessidade de cometimento de qualquer delito planejado pelos associados para a configuração do crime do artigo 288 do CP.
- D) Se houver participação de criança ou adolescente, a pena do crime de associação criminosa é aumentada até a metade.
- E) A condenação por roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e concurso de pessoas, em concurso com o crime de associação criminosa

armada, configura *bis in idem*, já que são valorados duas vezes os mesmos elementos, conforme entende o STJ.

### Questão 35

Na cobrança de uma dívida, Pedro Rogério exigiu, como garantia, um cheque do seu devedor em um valor acima daquele que sabia que ele teria como saldo em sua conta bancária. Disse que, se o devedor não pagasse, iria à delegacia registrar ocorrência de crime de cheque sem provisão de fundos.

Sobre o caso, assinale a alternativa correta:

- A) Pedro Rogério praticou o delito de extorsão, do artigo 158 do CP.
- B) A conduta de Pedro Rogério é atípica, já que a mera exigência, sem prejuízo, não configura um tipo penal.
- C) Pedro Rogério praticou o delito de extorsão indireta, do artigo 160 do CP.
- D) O delito praticado por Pedro Rogério é um crime contra o consumo, demonstrando uma cobrança vexatória.
- E) Pedro Rogério cometeu o crime de constrangimento ilegal, do artigo 146 do CP.

### Questão 36

Assinale a alternativa correta sobre os crimes funcionais contra a Administração Pública:

- A) No caso de um particular praticar uma conduta prevista em um tipo funcional impróprio, o ato será atípico.
- B) No caso de prática de peculato doloso pelo agente, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
- C) Caso qualquer servidor público insira dados falsos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública, com o fim de obter vantagem indevida para si, pratica o chamado peculato eletrônico, previsto no artigo 313-A do CP.

D) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, configura o delito de corrupção passiva.

E) O peculato-uso, em regra, é atípico, já que ausente o ânimo de apossamento definitivo.

### Questão 37

Assinale a alternativa INCORRETA no que diz respeito ao entendimento sumulado do STJ:

- A) Ainda que a confissão não seja utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no artigo 65, III, d, do Código Penal.
- B) Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.
- C) O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.
- D) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.
- E) Presentes a materialidade e a autoria, afigura-se típica, em relação ao crime previsto no art. 184, § 2º, do CP, a conduta de expor à venda CDs e DVDs piratas.

### Questão 38

Leia os seguintes itens sobre a jurisprudência do STF:

- I – Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.
- II - Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.
- III – O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após a sentença recorrível, não obsta ao prosseguimento da ação penal.

IV – Mesmo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.

V – É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra praticado com elementos de racismo.

Estão corretas as seguintes assertivas:

- A) II e III.
- B) I e II.
- C) IV e V.
- D) I e III.
- E) I, II e IV.

B) Em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono, o juiz remeterá as partes para o juízo cível, ordenando o depósito das coisas em mãos de depositário ou do próprio terceiro que as detinha, se for pessoa idônea;

C) Por se tratar de questão acessória, dispensa-se a prévia oitiva do Ministério Público nos pedidos de restituição;

D) Os instrumentos do crime, se a perda for decretada em favor da União, bem como as demais coisas confiscadas, deverão ser inutilizados, sendo vedado que tais instrumentos ou coisas recebam qualquer outra destinação;

E) As coisas apreendidas, ainda que deixem de ser diretamente importantes ao processo, não poderão ser restituídas antes do trânsito em julgado da sentença final.

#### Direito Processual Penal

##### Questão 39

A respeito das disposições legais acerca do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

- A) O juiz, fundamentadamente, impronunciará desde logo o acusado quando provado não ser ele o autor ou partícipe do fato;
- B) Contra a decisão de impronúncia caberá recurso em sentido estrito;
- C) Contra a decisão de pronúncia caberá apelação;
- D) Os jurados poderão formular perguntas às testemunhas por intermédio do juiz-presidente;
- E) O serviço de jurado é obrigatório e compreenderá, em seu alistamento, maiores de 16 (dezesesseis) anos de idade e de notória idoneidade.

##### Questão 40

Sobre a restituição de coisas apreendidas, assinale a alternativa correta:

- A) A restituição, por constituir ato privativo da autoridade judicial, não poderá ser ordenada pela autoridade policial, ainda que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante;

##### Questão 41

Assinale a alternativa que reflita entendimento adotado pelos tribunais superiores:

- A) Os companheiros gozam do mesmo status de cônjuge para o processo penal, possuindo legitimidade para ajuizar a ação penal privada;
- B) É relativa a nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório;
- C) O reconhecimento fotográfico do réu não é meio idôneo que possa ser usado para fundamentar condenação;
- D) Para fins de comprovação de maus antecedentes e reincidência, exige-se a apresentação de competente certidão cartorária, não bastando a mera folha de antecedentes criminais do acusado;
- E) Para que sejam consideradas válidas as provas obtidas mediante interceptação telefônica, é imprescindível a realização de perícia sobre a voz dos interlocutores.

##### Questão 42

A respeito da disciplina legal das questões prejudiciais e processos incidentes, assinale a alternativa correta:

- A) A arguição de suspeição sempre precederá a qualquer outra;
- B) Quando a parte contrária reconhecer a procedência da arguição, poderá ser susgado, a seu requerimento, o processo principal, até que se julgue o incidente da suspeição;
- C) A mera gravidade do delito já traduz a necessidade de instauração de incidente de insanidade mental;
- D) A exceção de incompetência deverá ser necessariamente oposta por escrito, procedendo-se à sua autuação em apartado, dando-se continuidade ao trâmite do processo principal;
- E) A arguição de suspeição de magistrado não exige poderes especiais do advogado.

#### Questão 43

Assinale a alternativa correta a respeito da prisão em flagrante:

- A) O flagrante impróprio ocorre quando o agente é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração;
- B) Nas infrações permanentes, enquanto não cessar a sua permanência, estará o agente em flagrante delito;
- C) Admite-se no ordenamento jurídico brasileiro o denominado “flagrante preparado ou provocado”;
- D) Apenas a autoridade policial e seus agentes podem figurar como sujeito ativo de prisões em flagrante, sendo vedado que alguém do povo exerça esse papel;
- E) Não se admite a prisão em flagrante nos crimes continuados.

#### Questão 44

No que diz respeito à disciplina legal do instituto da fiança, assinale a alternativa correta:

- A) Não se apresentando o acusado para o início do cumprimento da pena definitivamente imposta, estará ele sujeito a quebra da fiança;

- B) O quebra da fiança injustificado da fiança importará na perda da integralidade do seu valor;
- C) A cassação da fiança poderá ocorrer com a inovação da classificação do delito tido, inicialmente, como afiançável;
- D) A autoridade policial não poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima seja igual a 4 (quatro) anos;
- E) O pagamento da fiança poderá ser dispensado pela autoridade policial, em face da situação econômica do preso.

#### Questão 45

Assinale a alternativa que apresente corretamente entendimento sumulado pelos tribunais superiores:

- A) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo;
- B) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não mais pode a ação penal ser iniciada;
- C) A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do Tribunal do Júri e não do juiz singular;
- D) Mesmo que intimada a defesa da expedição da carta precatória, é imprescindível a sua intimação da data da audiência no juízo deprecado;
- E) Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal suscitar conflito, e não restituir os autos.

#### Questão 46

Assinale a alternativa que contemple hipótese de concessão de prisão domiciliar em substituição à prisão preventiva:

- A) Agente maior de 75 (setenta e cinco) anos;
- B) Mulher com filho de até 14 (quatorze) anos de idade incompletos;
- C) Gestante, a partir do quarto mês de gestação;

D) Portador de doença grave, independentemente de debilitação pela doença;

E) Homem com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, caso seja o único responsável por seus cuidados.

---

Legislação Penal Especial

---

**Questão 47**

Acerca dos crimes falimentares previstos na lei n.11101/05 está correto:

A) Em se tratando de empresa com capital privado a ação penal será pública condicionada a representação. Também é cabível a ação penal privada subsidiária da pública ante a inércia do MP para promover a ação no prazo legal.

B) Todos os crimes da lei 11101/05 (falimentares) serão de ação penal pública incondicionada a representação. Também é cabível a ação penal privada subsidiária da pública ante a inércia do MP para promover a ação no prazo legal.

C) A massa falida, credores habilitados, credores pendentes de habilitação e o administrador judicial são legitimados, para ante a inércia do MP, ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.

D) Somente os credores com garantia real são legitimados, para ante a inércia do MP, ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.

E) Após o recebimento da denúncia ou da queixa por crime previsto na Lei nº 11101/05, o rito processual a ser observado é o ordinário, previsto no Código de Processo Penal.

**Questão 48**

Assinale a alternativa que apresenta o atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal com relação à posse de droga para consumo pessoal, prevista no art. 28 da Lei n.º 11.343/2006, no qual, para a Corte Suprema, tal conduta foi

A) descriminalizada.

B) descarceirizada.

C) transformada em ilícito administrativo por razões de saúde pública.

D) transformada em norma de constitucionalidade diferida.

E) despenalizada.

**Questão 49**

Com relação ao regime disciplinar diferenciado e entendimento dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

A) consiste em um rigoroso regime de cumprimento de pena.

B) a previsão legal do instituto encontra-se no Código de Processo Penal, havendo divergências sobre sua constitucionalidade.

C) Será cumprido necessariamente em presídio Federal de segurança máxima.

D) se trata de uma sanção disciplinar destinada presos condenados e presos provisórios não sofrendo as limitações constitucionais da presunção de inocência.

E) Viola o princípio da dignidade humana pelo excesso de prazo pelo isolamento celular.

**Questão 50**

Acerca de prisão, de liberdade provisória e de medidas cautelares, assinale a opção correta, com base no entendimento dos tribunais superiores.

A) A gravidade específica do ato infracional e o tempo transcorrido desde a sua prática não devem ser considerados pelo juiz para análise e deferimento de prisão preventiva.

B) A decisão sobre o pedido de prisão preventiva formulado durante audiência dispensa a oitiva da defesa, por se tratar de medida cautelar.

C) A presença do defensor técnico é indispensável por ocasião da formalização do auto de prisão em flagrante, desde que a autoridade policial informe ao preso os seus direitos constitucionalmente garantidos.

D) A decretação de prisão preventiva fundada na garantia da ordem pública não dispensa a prévia análise do cabimento das medidas cautelares diversas da prisão previstas no CPP.

E) Quando o MP representar por prisão temporária, não será possível que se decrete a prisão preventiva, uma vez que isso representaria ofensa ao princípio da inércia da jurisdição.

#### Questão 51

A respeito dos crimes de genocídio aponte a alternativa correta:

- A) O ato genocida importa na eliminação da vida humana.
- B) A prisão temporária poderá ser decretada pelo prazo máximo de 05 dias prorrogáveis por mais 05 dias.
- C) Mesmo estando fora do Código Penal é classificado como crime hediondo.
- D) A depender da pluralidade de vítimas admite-se o cumprimento de pena privativa de liberdade por prazo superior a 30 anos pelo mesmo ato genocida.
- E) Todas as condutas típicas desta lei serão de competência do tribunal do júri.

#### Questão 52

Sobre a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) assinale a alternativa que NÃO contém uma garantia judicial expressa:

- A) direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor.
- B) direito de somente ser preso em flagrante ou por ordem escrita de autoridade judiciária competente.
- C) direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior.
- D) comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada.
- E) direito de não ser obrigado a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada.

#### Questão 53

Acerca do que dispõe o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03),

- A) Quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo será punido com pena de detenção de 06 meses a 01 ano ou multa.
- B) Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal.
- C) negar o acolhimento ou a permanência do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento é mera infração administrativa.
- D) não é crime lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal, tratando-se de irregularidade cartorária.
- E) Os crimes previstos no estatuto do idoso admitem as medidas despenalizadoras da lei 9.099/95 cuja as penas não ultrapassem 04 anos.

#### Direito Constitucional

#### Questão 54

Acerca do poder constituinte, da CF e do ADCT, assinale a opção correta.

- A) As normas que versam sobre a intervenção federal nos estados e no DF, bem como dos estados nos municípios, incluem-se entre os chamados elementos limitativos da Constituição.
- B) O poder constituinte originário dá início a nova ordem jurídica, e, nesse sentido, todos os diplomas infraconstitucionais perdem vigor com o advento da nova constituição.
- C) Consideram-se elementos orgânicos da CF as normas que disciplinam a organização dos poderes da República e o sistema de governo.
- D) O ADCT não tem natureza de norma constitucional, na medida em que dispõe sobre situações excepcionais e temporárias.
- E) Segundo disposição literal da CF, os estados e municípios dispõem do chamado poder constituinte derivado decorrente, que deve ser

exercido de acordo com os princípios e regras dessa Carta.

#### Questão 55

Acerca da desapropriação por necessidade ou utilidade pública, da função social da propriedade e do regime das jazidas, assinale a opção correta.

A) O bem particular desapropriado com base no interesse social destina-se à administração, devendo ser obrigatoriamente incorporado ao patrimônio público, vedada sua transferência a terceiros.

B) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

C) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de cinco anos.

D) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

E) A política de desenvolvimento urbano é atribuição do poder público municipal; por isso, compete privativamente aos municípios legislar sobre direito urbanístico.

#### Questão 56

Segundo a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal (STF),

A) Não viola a competência privativa da União para legislar sobre direito civil, seguros, trânsito e transporte, norma estadual que disciplina as obrigações contratuais relativas a seguros de veículos e regras de registro, desmonte e comercialização de veículos sinistrados.

B) É constitucional a arrecadação e controle pelos Estados das receitas oriundas da exploração de recursos hídricos para geração de energia elétrica e de recursos minerais, inclusive petróleo e gás natural.

C) É inconstitucional emenda estadual, de iniciativa parlamentar, que disciplina a organização e a definição de atribuições de órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, haja vista ser reservada ao chefe do Poder Executivo a iniciativa de lei ou emenda constitucional sobre o tema.

D) É constitucional norma Estadual que determina que crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de violência deverão ser, obrigatoriamente, examinadas por legista mulher, ainda que tal medida importe retardamento ou prejuízo da diligência.

E) Compete à Justiça Comum reconhecer a existência, ou não, do vínculo de conexão entre delito eleitoral e crime comum a ele supostamente vinculado.

#### Questão 57

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar que:

A) Os procuradores municipais integram a categoria da advocacia pública a que a Constituição denomina de “funções essenciais à Justiça” e, quanto ao teto remuneratório, devem estar sujeitos ao subsídio dos prefeitos.

B) É inconstitucional medida provisória ou lei decorrente de conversão de medida provisória cujo conteúdo normativo caracterize a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória anterior rejeitada, de eficácia exaurida por decurso do prazo ou que ainda não tenha sido apreciada pelo Congresso Nacional dentro do prazo estabelecido pela Constituição Federal (CF).

C) A edição de medida provisória posterior tem eficácia normativa imediata de revogação da legislação anterior com ela incompatível, e não de suspensão, paralisação, das leis antecedentes até o término do prazo do processo legislativo de sua conversão.

D) O Estado responde, subjetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

E) É vedada a acumulação de dois cargos públicos privativos de profissionais de saúde quando a soma da carga horária referente aos dois cargos ultrapassar o limite máximo de sessenta horas semanais.

#### Questão 58

Relativamente ao Poder Judiciário e considerando o entendimento sumulado pelo STF, é correto afirmar que

A) A prática do crime de homicídio por brasileiro nato no exterior não ofende bens, serviços ou interesses da União, sendo da Justiça estadual a competência para processar e julgar a respectiva ação penal.

B) Compete à Justiça estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, ainda que a Anatel seja litisconsorte passiva necessária, assistente ou oponente.

C) É possível o ajuizamento de reclamação fundada no descumprimento de decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ainda que o ato alvo de controle seja anterior ao paradigma estabelecido pela Corte.

D) Compete à Justiça do Trabalho o julgamento de conflito a envolver a incidência de contribuição previdenciária sobre complementação de proventos de aposentadoria.

E) É inconstitucional norma da Constituição do Estado que atribui ao procurador da assembleia legislativa ou, alternativamente, ao procurador-geral do Estado, a incumbência de defender a constitucionalidade de ato normativo estadual questionado em controle abstrato de constitucionalidade na esfera de competência do tribunal de justiça.

#### Questão 59

Considerando a disciplina constitucional a respeito do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, assinale a opção incorreta

A) Havendo declaração de inconstitucionalidade de preceito normativo estadual pelo Tribunal de Justiça com base em norma constitucional estadual

que constitua reprodução (obrigatória ou não) de dispositivo da Constituição Federal, subsiste a jurisdição do STF para o controle abstrato tendo por parâmetro de confronto o dispositivo da Constituição Federal reproduzido.

B) A causa de pedir aberta das ações do controle concentrado de constitucionalidade torna desnecessário o ajuizamento de nova ação direta para a impugnação de norma cuja constitucionalidade já é discutida em ação direta em trâmite perante o STF, proposta pela mesma parte processual.

C) A decisão do STF declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das sentenças anteriores que tenham adotado entendimento diferente, sendo indispensável a interposição do recurso próprio ou, se for o caso, a propositura da ação rescisória.

D) Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais em razão do foro por prerrogativa de função não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo.

E) O efeito repristinatório da declaração de inconstitucionalidade revigora a vigência de normas pré-constitucionais, havendo óbice ao conhecimento de ação direta que se limita a impugnar parte de cadeia normativa editada após a CF/1988.

#### Questão 60

Acerca da organização e atribuições do Poder Legislativo e da fiscalização financeira e orçamentária exercida pelo Congresso Nacional, assinale a opção correta.

A) Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade ocorrida no âmbito do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, os responsáveis pelo controle interno dela devem dar ciência à Controladoria Geral da União, sob pena de responsabilidade solidária.

B) As normas da CF que versam sobre o TCU aplicam-se à organização e à fiscalização dos tribunais de contas dos estados e do DF, cabendo às respectivas casas legislativas estabelecer o número de conselheiros dessas cortes de contas e a sua forma de nomeação.

C) O Poder Legislativo é composto por deputados federais, eleitos pelo sistema proporcional, e por senadores, eleitos pela maioria absoluta do total de eleitores de cada unidade da Federação.

D) É constitucional legislação federal que estabeleça novas eleições para os cargos majoritários simples – isto é, Prefeitos de Municípios com menos de duzentos mil eleitores e Senadores da República – em casos de vacância por causas eleitorais.

E) Compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar os ministros do STF e os membros do CNJ nos crimes de responsabilidade.

#### Questão 61

Assinale a opção correta a respeito da intervenção federal e da disciplina constitucional sobre os estados-membros e os municípios.

A) O condicionamento da perda de mandato de deputados estaduais e de governador ao trânsito em julgado de decisão da Justiça Eleitoral não contraria os princípios constitucionais da República brasileira, uma vez que densificam a soberania popular, a moralidade administrativa e a separação dos Poderes.

B) Os municípios poderão, mediante leis aprovadas por suas respectivas câmaras municipais, instituir regiões metropolitanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de oferecer soluções para problemas e carências de interesse comum.

C) Uma das hipóteses que pode ensejar a intervenção estadual nos municípios é a falta de prestação de contas pelo prefeito municipal.

D) É constitucional norma de Constituição estadual que dispensa apresentação de parecer prévio sobre as contas de chefe do Poder Executivo municipal a ser emitido pelo respectivo tribunal de contas estadual.

E) Compete à câmara municipal o julgamento das contas do chefe do Poder Executivo municipal, com o auxílio dos tribunais de contas, que emitirão parecer prévio, cuja eficácia impositiva subsiste e somente deixará de prevalecer por decisão de 1/3 dos membros da casa legislativa.

#### Questão 62

Com relação às atribuições e às responsabilidades do presidente da República, ao Conselho da República e ao Conselho de Defesa Nacional, assinale a opção correta

A) Não afronta os princípios constitucionais da harmonia e independência entre os Poderes e da liberdade de locomoção norma estadual que exige prévia licença da assembleia legislativa para que o governador e o vice-governador possam ausentar-se do País por qualquer prazo.

B) Os substitutos eventuais do Presidente da República ficarão unicamente impossibilitados de exercer, em caráter interino, a Chefia do Poder Executivo da União, caso ostentem a posição de réus criminais.

C) Compete ao Conselho de Defesa Nacional pronunciar-se sobre as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas..

D) A manifestação do Conselho de Defesa Nacional é requisito de validade da demarcação de terras indígenas, principalmente daquelas situadas em região de fronteira.

E) O Estado-membro não dispõe de competência para disciplinar o processo de escolha, por sua assembleia legislativa, do governador e do vice-governador do Estado, nas hipóteses em que se verificar a dupla vacância desses cargos nos últimos dois anos do período governamental, uma vez que as entidades federadas devem seguir o princípio da simetria.

#### Questão 63

A propósito de titularidade, âmbito de proteção e conformação constitucional de ação civil pública, assinale a opção correta.

A) Não é cabível ação civil pública para anular ato administrativo de aposentadoria de servidor público, se esta importar em lesão ao erário.

B) O Parquet não tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de anular o Termo de Acordo de Regime Especial (TARE), porquanto a legitimação ad causam que o texto constitucional lhe confere não permite a interferência indevida na esfera de atuação exclusiva de outros Poderes da República.

C) O Ministério Público tem legitimidade para ingressar com ação civil pública relativa ao pagamento de indenizações do seguro DPVAT.

D) O Ministério Público não é parte legítima para ingressar em juízo com ação civil pública visando a compelir o Estado a fornecer medicamento indispensável à saúde de pessoa individualizada, tendo em vista que cabe precipuamente a esse órgão a defesa de interesses difusos e coletivos.

E) O recebimento de verbas a maior, por servidores públicos federais, legitima o Ministério Público ao ajuizamento de ação civil visando à devolução das verbas ao erário.

Direito Eleitoral

#### Questão 64

Assinale a alternativa correta acerca das Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral.

A) Em ações que visem à cassação da diplomação do candidato, o partido político é litisconsórcio passivo necessário.

B) Há litisconsórcio passivo facultativo entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária nas ações que tenham como objetivo a cassação de registro, diploma ou mandato.

C) O prazo de inelegibilidade pela condenação por abuso de poder econômico inicia no dia da eleição em que se verificou e finda no dia de igual número no oitavo ano seguinte.

D) O juiz eleitoral pode, de ofício, instaurar procedimento para impor multa pela veiculação de propaganda eleitoral irregular.

E) O exercício do mandato, por si só, é circunstância que comprova a condição de alfabetizado do candidato.

#### Questão 65

A respeito do financiamento de campanha eleitoral, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A doação de empresário individual está limitada a 10% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição.

B) A doação de outro candidato está limitada a 10% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição.

C) A doação de pessoas físicas está limitada a 10% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição.

D) O autofinanciamento está limitado a 10% dos rendimentos brutos do candidato auferidos no ano anterior à eleição.

E) Está limitada a 10% do faturamento bruto auferido pelo doador no ano anterior à eleição, a doação de pessoas jurídicas.

#### Questão 66

Considere a seguinte situação:

Aline foi condenada em decisão transitada em julgado por crime contra o patrimônio privado e, 5 anos após o cumprimento integral da pena, resolve concorrer às eleições que ocorrerão no corrente ano.

Marcos teve contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral em decisão proferida por órgão colegiado em processo de apuração de abuso do poder político e, 2 anos após essa condenação, pretende concorrer às eleições que ocorrerão no corrente ano.

Jussara foi condenada em decisão transitada em julgado por crime contra a vida e, 10 anos após o cumprimento integral da pena, pretende concorrer às eleições que ocorrerão no corrente ano.

Considerando estas informações, assinale a alternativa correta com base na Lei Complementar 64/90.

- A) Aline é inelegível, apenas.
- B) Aline, Marcos e Jussara são inelegíveis.
- C) Aline e Jussara são inelegíveis, apenas.
- D) Marcos e Jussara são inelegíveis, apenas.
- E) Aline e Marcos são inelegíveis, apenas.

#### Questão 67

Acerca do sistema eleitoral brasileiro, assinale a alternativa correta.

- A) Governador e senador são eleitos pelo sistema majoritário; enquanto deputado distrital e federal, são eleitos pelo sistema proporcional.
- B) Determina-se o quociente eleitoral ao dividir o número de votos válidos apurados (aí incluídos os votos em branco) pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral.
- C) A eleição para vereador, assim como as demais eleições para cargos legislativos, é realizada pelo sistema proporcional.
- D) Em caso de empate, será considerado eleito o candidato mais jovem.
- E) O quociente eleitoral é aplicado na escolha de candidatos tanto no sistema majoritário quanto no proporcional.

#### Questão 68

Acerca da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- A) Não se aplica a Súmula Vinculante 18 (“a dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no §7º do artigo 14 da Constituição Federal”) aos casos de extinção do vínculo conjugal pela morte de um dos cônjuges.
- B) As hipóteses de inelegibilidade são inaplicáveis às eleições suplementares.
- C) O registro dos estatutos partidários no Tribunal Superior Eleitoral não é ato de natureza administrativa.

D) O Ministério Público não possui legitimidade para representar contra propaganda partidária irregular.

E) Causas que podem produzir reflexos no processo eleitoral são de competência da Justiça Estadual.

#### Questão 69

A respeito dos crimes eleitorais, assinale a alternativa correta.

- A) O crime de violar o sigilo do voto inadmitte tentativa.
- B) A transação penal e a suspensão condicional do processo não são admitidas no processo penal eleitoral.
- C) Verificada a infração penal eleitoral, o Ministério Público oferecerá a denúncia dentro do prazo de 30 dias.
- D) O crime de inscrição fraudulenta de eleitor não comporta cometimento por coautoria.
- E) Configura-se crime eleitoral, previsto com pena de reclusão de 3 a 5 anos, violar ou tentar violar o sigilo do voto.

#### Questão 70

Acerca dos partidos políticos, nos termos da Lei 9.096/95, assinale a alternativa correta.

- A) Para se desligar do partido, basta que o filiado faça comunicação escrita ao órgão de direção estadual do partido.
- B) A perda do mandato em razão da desfiliação partidária não se aplica aos candidatos eleitos pelo sistema proporcional.
- C) A filiação partidária independe de estar o eleitor no pleno gozo de seus direitos políticos.
- D) Considera-se justa causa para a desfiliação partidária a mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário.
- E) Os prazos de filiação partidária, fixados no estatuto do partido, com vistas a candidatura a cargos eletivos, podem ser alterados no ano da eleição.

Direito Empresarial

**Questão 71**

A respeito do litisconsórcio no procedimento de recuperação judicial, assinale a alternativa correta:

- A) A Lei nº 11.101/05 prevê, expressamente, a possibilidade de litisconsórcio ativo.
- B) A jurisprudência do STJ não aceita litisconsórcio ativo no procedimento de recuperação judicial.
- C) A admissão pelo juízo competente do processamento da recuperação judicial em consolidação processual (litisconsórcio ativo) acarreta automática aceitação da consolidação substancial.
- D) A consolidação substancial no procedimento de recuperação judicial não é aceita pela jurisprudência pátria.
- E) A admissão pelo juízo competente do processamento da recuperação judicial em consolidação processual (litisconsórcio ativo) não acarreta automática aceitação da consolidação substancial.

**Questão 72**

Não é elemento do estabelecimento empresarial:

- A) Os perfis de redes sociais explorados com finalidade empresarial.
- B) A clientela.
- C) O nome de domínio do empresário.
- D) O ponto empresarial.
- E) O título do estabelecimento empresarial.

**Questão 73**

Quanto à locação de *shopping center*, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O *shopping center* locado é o *shopping* propriamente dito, no qual há um empreendimento de construção/administração de *shopping*, sendo o empreendedor dono das salas, as quais são locadas para os lojistas, de modo que a administração é centralizada.

B) No *shopping center* vendido, há um prédio comercial assemelhado aos *shoppings*, mas as salas são propriedade de cada lojista, que delas se utilizam como quiserem, em um condomínio edilício comum, sendo a administração das práticas dos empresários desprovida de regras uniformes.

C) O complexo edilício constituído por unidades condominiais comerciais autônomas, sem exploração econômica coordenada de forma unitária, ainda que chamado "*shopping do tipo vendido*", não caracteriza contrato de *shopping center*.

D) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de locação no âmbito dos *shopping centers*.

E) A "*cláusula de raio*" inserta em contratos de locação de espaço em *shopping center* é aceita pelo STJ.

**Questão 74**

Em relação à competência processual no campo da propriedade industrial, assinale a alternativa correta:

- A) A ação de desconstituição do registro de marca é de competência da Justiça Estadual.
- B) Os pedidos de abstenção de uso e indenização, quando cumulados com ação visando anular um direito de propriedade industrial, são da competência da Justiça Federal.
- C) A demanda indenizatória cumulada com abstenção por uso indevido de marca ou desenho industrial é de competência da Justiça Federal.
- D) Os pedidos de abstenção de uso e indenização, quando cumulados com ação visando anular um direito de propriedade industrial, são da competência da Justiça Estadual.
- E) Havendo apenas pleito indenizatório pelo uso indevido de marca, a competência é da Justiça Federal.

**Questão 75**

Em relação da sociedade entre cônjuges, assinale a alternativa correta:

- A) A vedação da sociedade entre cônjuges contida no art. 977 do Código Civil não se aplica às sociedades anônimas, em comandita por ações e cooperativa.
- B) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão parcial de bens, ou no da separação obrigatória.
- C) A proibição de sociedade entre pessoas casadas sob o regime da comunhão universal ou da separação obrigatória atinge as sociedades constituídas antes da vigência do Código Civil de 2002.
- D) A vedação à contratação de sociedade entre cônjuges abrange apenas a participação originária (na constituição da sociedade), e não a derivada.
- E) A restrição de contratação de sociedade entre cônjuges afeta apenas as sociedades empresárias.

**Questão 76**

Quanto à ação de responsabilidade na sociedade anônima, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Compete à companhia, mediante prévia deliberação da assembleia-geral, a ação de responsabilidade civil contra o administrador, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio.
- B) Qualquer acionista poderá promover a ação de responsabilidade civil contra o administrador (ação social *ut singuli*), se não for proposta no prazo de 3 (três) meses da deliberação da assembleia-geral da companhia.
- C) Não se admite ação de responsabilidade civil contra o acionista controlador por falta de previsão na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).
- D) A ação social *ut universi* é ação de responsabilidade civil contra administrador proposta pela própria companhia.
- E) A ação de responsabilidade civil ajuizada pela companhia contra o administrador não exclui a que

couber ao acionista ou terceiro diretamente prejudicado.

**Questão 77**

A respeito da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta:

- A) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica, desde que beneficiados diretamente pelo abuso.
- B) Desvio de finalidade é a utilização dolosa ou culposa da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- C) Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por cumprimento, ainda que isolado, pela sociedade de obrigação do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- D) Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto o de valor proporcionalmente insignificante.
- E) Constitui desvio de finalidade a simples expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

**Questão 78**

Quanto à empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI), assinale a alternativa correta:

- A) Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas.
- B) Somente o patrimônio social da EIRELI responderá pelas suas dívidas, hipótese em que se confundirá com o patrimônio do titular que a constitui.

C) A pessoa jurídica que constituir a EIRELI somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.

D) O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" antes da firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.

E) A EIRELI será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 150 (cento e cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

#### Direito Tributário

#### Questão 79

Julgue as proposições abaixo:

I) A competência tributária, embora não possa ser delegada em nenhuma hipótese, pode ser avocada pela entidade federativa superior em caso de calamidade pública ou guerra externa.

II) A competência tributária não pode ser delegada.

III) A capacidade tributária ativa pode ser delegada.

A) Todas as afirmativas estão corretas.

B) Nenhuma das alternativas está correta.

C) Apenas a afirmativa do item I está correta.

D) Apenas a afirmativa do item II está correta.

E) Apenas as afirmativas dos itens II e III estão corretas.

#### Questão 80

Sobre o papel da lei complementar no Direito Tributário, assinale a alternativa incorreta:

A) A corrente dicotômica defende que a lei complementar só pode dispor sobre normas gerais em matéria de legislação tributária, as quais, por sua vez, vão dispor sobre conflitos de competência e sobre limitações constitucionais ao poder de tributar.

B) A corrente tricotômica sustenta competir à lei complementar dispor sobre conflitos de competência em matéria tributária, regular as

limitações constitucionais ao poder de tributar e estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.

C) A lei complementar não definiu os fatos geradores e bases de cálculos de todos os impostos discriminados pela Constituição Federal.

D) Somente por lei complementar a União pode instituir as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico previstas pelo artigo 149 da CF.

E) Quanto ao ISSQN, cabe à lei complementar definir os serviços de qualquer natureza, fixar suas alíquotas máximas e mínimas, excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior e regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios são concedidos ou revogados.

#### Questão 81

Julgue os itens a seguir:

I) o Presidente da República pode editar decretos com o objetivo de regulamentar as leis, desde que a regulamentação não extrapole os seus limites.

II) De acordo com o CTN, complementam as leis e também os decretos regulamentares os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas. Enquadram-se nesse conceito as instruções normativas, os atos declaratórios normativos, as portarias, circulares, pareceres normativos, dentre outros atos emitidos pelas autoridades da administração pública.

III) Uma vez existente um costume administrativo em matéria tributária, a sua observância por parte dos contribuintes exclui a imposição de qualquer penalidade pela observância da norma costumeira.

A) Todas as afirmativas estão corretas.

B) Nenhuma das alternativas está correta.

C) Apenas a afirmativa do item I está correta.

D) Apenas a afirmativa do item II está correta.

E) Apenas as afirmativas dos itens II e III estão corretas.

**Questão 82**

Sobre os critérios da regra-matriz de incidência tributária, é incorreto afirmar que:

- A) O critério material é o núcleo essencial do enunciado normativo, em que se descreve uma conduta humana, o local e o momento em que essa conduta deve ocorrer para que se possa falar no nascimento da obrigação tributária.
- B) O critério espacial é o local em que a conduta descrita no critério material deve ocorrer. Pode ser veiculada expressamente ou estar de modo implícito no texto legislativo.
- C) O critério espacial é o local em que a conduta descrita no critério material deve ocorrer. Pode ser veiculada expressamente ou estar de modo implícito no texto legislativo
- D) O critério pessoal é formado pelo conjunto de informações constantes do consequente da norma, que permite identificar quem são o sujeito ativo e o sujeito passivo da relação obrigacional.
- E) O critério quantitativo é aquele que permite a identificação do objeto da prestação.

**Questão 83**

Sobre a classificação das espécies tributárias, analise os itens a seguir:

- I) A teoria bipartite, clássica ou dualista, defendida por Alfredo Augusto Becker, utiliza como critério classificatório a base de cálculo de cada espécie tributária. A partir desse critério, o autor chegou à conclusão de que existem apenas duas espécies tributárias: impostos e taxas. Nos impostos, a base de cálculo é o dimensionamento de um fato lícito não consistente em serviço estatal ou coisa estatal (p. ex.: renda auferida pelo contribuinte, valor do imóvel urbano, etc); nas taxas, a base de cálculo é a medição de um serviço estatal ou coisa estatal (p. ex.: valor do serviço prestado pelo estado).
- II) A teoria tripartite, tripartida ou tricotômica afirma que a hipótese de incidência de uma norma descreve ou uma *atividade vinculada* – atinente a um comportamento estatal – ou uma *atividade não vinculada*, concernente a uma atividade do contribuinte. Então, chega à conclusão de que existem tributos vinculados e tributos não

vinculados. Em seguida, faz um novo corte, dividindo os tributos vinculado em diretamente vinculados e indiretamente vinculados. Ao final, conclui que há três espécies tributárias: os impostos, que são *tributos não vinculados*; taxas, que são tributos diretamente vinculados; contribuições de melhoria, que são *tributos indiretamente vinculados*.

III) A teoria quindipartite ou pentapartida, atualmente predominante na doutrina, defende que existem atualmente cinco espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais - estas últimas também chamadas por alguns doutrinadores de contribuições parafiscais.

- A) Todas as afirmativas estão corretas.
- B) Nenhuma das alternativas está correta.
- C) Apenas a afirmativa do item I está correta.
- D) Apenas a afirmativa do item II está correta.
- E) Apenas as afirmativas dos itens II e III estão corretas.

**Questão 84**

Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- A) Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.
- B) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, "c", da Constituição, alcança as entidades fechadas de previdência social privada.
- C) A imunidade prevista no art. 150, VI, "d", da Constituição Federal abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.
- D) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

E) Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, inclusive aqueles em que a empresa não age em regime de monopólio, estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca.

#### Questão 85

Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STJ:

A) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

B) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

C) O instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.

D) A denúncia espontânea resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da Administração Tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente.

E) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

#### Questão 86

Assinale a alternativa incorreta:

A) O ente público pode figurar como credor ou devedor em uma relação obrigacional. Quando figura no polo passivo, a legislação lhe confere diversas prerrogativas para o pagamento do seu débito, do que é exemplo o precatório. Quando aparece no polo ativo, também há um caminho privilegiado para cobrança da prestação a que faz jus. Uma dessas prerrogativas da Fazenda Pública é apurar os créditos devidos e inscrevê-los em um

livro chamado de “Dívida Ativa”, que tem como função organizar e racionalizar a cobrança desses créditos.

B) Uma vez inscrito o crédito em dívida ativa, seja ele de natureza tributária ou não tributária, faz-se possível a emissão de certidão que espelhe as informações constantes da inscrição, a qual é um título executivo extrajudicial.

C) O fato de o crédito ter sido inscrito em dívida ativa não impede que os juros moratórios continuem fluindo até que ocorra o pagamento da prestação, e essa circunstância não retira a liquidez do crédito apurado.

D) A execução fiscal deve ser acompanhada da memória de cálculo, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito.

E) A nulidade da CDA poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Direito Ambiental

#### Questão 87

Marque a alternativa correta:

A) O princípio da ubiquidade significa que o meio ambiente está restrito aos limites geográficos impostos pelo homem.

B) O princípio do desenvolvimento sustentável demanda a harmonização de três elementos, a saber: crescimento demográfico, justiça social e preservação do meio ambiente.

C) As limitações sofridas pelo titular do direito em decorrência dos deveres oriundos da preservação do meio ambiente geram, regra geral, direito a indenização.

D) Uma das características do bem ambiental, bem de uso comum do povo, é a reflexibilidade.

E) O princípio do protetor recebedor ainda não está consolidado no ordenamento jurídico brasileiro.

**Questão 88**

Quanto à legislação florestal, marque a alternativa correta:

- A) A lógica que rege o novo Código Florestal é a compatibilização da proteção do meio ambiente com a exploração econômica.
- B) A área de reserva legal será definida pelo órgão ambiental competente, a depender do tipo de atividade presente no imóvel rural.
- C) Estende-se o tratamento dispensado à pequena propriedade ou posse rural familiar às propriedades e posses rurais com até 8 (oito) módulos fiscais que desenvolvam atividades agrossilvipastoris.
- D) Está sujeita à aprovação prévia do Plano de Manejo Florestal Sustentável a supressão de florestas e formações sucessoras para uso alternativo do solo.
- E) A Cota de Reserva Ambiental - CRA não pode ser transferida gratuitamente a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito público ou privado.

**Questão 89**

Assinale a alternativa correta:

- A) O Plano Nacional de Resíduos Sólidos terá vigência por prazo determinado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos.
- B) A unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos é o Município, por estar ligado diretamente à gestão dos recursos hídricos.
- C) O órgão responsável por zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
- D) O STF entende pela inaplicabilidade do princípio da insignificância aos crimes ambientais, mesmo que presentes, concomitantemente, alguns requisitos.
- E) O STJ não admite o ressarcimento pelo dano moral coletivo na seara ambiental.

**Questão 90**

Um determinado empreendedor solicita ao órgão ambiental competente licença ambiental para a instalação e operação de uma fábrica de cimento, que causará significativo impacto ambiental na região. A legislação prescreve que, nesse caso, o particular deverá pagar uma quantia a título de compensação ambiental. A esse respeito assinale a alternativa correta.

- A) O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor a título de compensação ambiental não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.
- B) Quem definirá as unidades de conservação a serem beneficiadas pela compensação ambiental será o órgão ambiental licenciador, e não o empreendedor, sendo que este deverá ser ouvido.
- C) Se o empreendimento não afetar unidade de conservação do grupo de uso sustentável ou sua zona de amortecimento os recursos decorrentes da compensação ambiental deverão ser usados, necessariamente, em unidades do grupo de proteção integral.
- D) A Compensação ambiental significa que o empreendedor adquiriu o direito de poluir o meio ambiente, não podendo mais ser responsabilizado por eventual dano ambiental causado.
- E) O valor devido a título de compensação ambiental possui natureza jurídica de tarifa.

Direito Administrativo

**Questão 91**

No que tange à responsabilidade ambiental, considerando as normas legais pertinentes, bem como a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que:

- A) as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, sejam pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- B) a responsabilidade administrativa ambiental tem caráter objetivo.

C) a responsabilidade civil por dano ambiental é subjetiva.

D) a responsabilidade penal por dano ambiental é objetiva e a administrativa é subjetiva.

E) a reparação ambiental administrativa não se limita apenas àquele que praticou a infração, sendo certo que pode alcançar todos os responsáveis direta ou indiretamente pela degradação ambiental.

#### Questão 92

Em relação à segurança jurídica e à eficiência na aplicação do Direito Público, após entrada em vigor da Lei nº 13.655/2018 é correto dizer que:

A) fica proibido emitir decisão em Processo Administrativo Disciplinar com base em valores jurídicos abstratos.

B) as decisões proferidas pelos Tribunais de Contas, quando do controle que exercem sobre as contas públicas, não podem se basear exclusivamente em valores jurídicos abstratos.

C) a proibição de se decidir com base em valores jurídicos abstratos, nos termos da lei, é válida para as esferas administrativa, controladora e judicial.

D) A decisão na esfera administrativa que decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas, indicando sempre quais são as condições de regularização, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.

E) A revisão quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, emitida nas esferas administrativa, controladora ou judicial e cuja produção já se houver completado, levará em conta as orientações gerais da época, sendo certo que com base em mudança posterior de orientação geral, poderão ser declaradas inválidas situações plenamente constituídas.

#### Questão 93

A LINDB prescreve em seu art. 20: “Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão”. Sendo certo que o Decreto 9.830/2019 regulamentou o referido dispositivo, é correto afirmar que:

A) A decisão que se basear exclusivamente em valores jurídicos abstratos será sempre motivada com a contextualização dos fatos, e com a indicação dos fundamentos de mérito e jurídicos, além das consequências práticas da decisão.

B) Consideram-se valores jurídicos abstratos aqueles previstos em normas jurídicas com alto grau de indeterminação e abstração.

C) Na indicação das consequências práticas da decisão, o decisor apresentará toda e qualquer consequência passível de ser vislumbrada diante dos fatos e fundamentos de mérito e jurídicos.

D) A motivação indicará as normas, a interpretação jurídica, a jurisprudência e a doutrina que a embasaram.

E) A motivação não demonstrará especificamente a necessidade e a adequação da medida imposta, quando consideradas as possíveis alternativas e desde que observados os critérios de adequação, proporcionalidade e de razoabilidade.

#### Questão 94

Segundo entendimento do STJ, no que tange ao prazo prescricional para apuração das infrações disciplinares, é correto afirmar que:

A) A prescrição da pretensão punitiva só constitui direito fundamental em se tratando de apuração criminal, em âmbito administrativo não há que se falar em “segurança jurídica”.

B) A existência de apuração criminal é pré-requisito para a utilização do prazo prescricional penal.

C) O prazo prescricional previsto na lei penal se aplica às infrações disciplinares também capituladas como crime independentemente da apuração criminal da conduta do servidor.

D) O prazo da prescrição começa a contar da data em que o fato ocorreu.

E) Os prazos prescricionais suspendem-se com o primeiro ato de instauração válido - sindicância de caráter punitivo ou processo disciplinar - prosseguindo em continuação após decorridos 140 dias desde a suspensão.

#### Questão 95

A respeito da reserva destinada às pessoas com deficiência no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar:

A) Fica assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever, no âmbito da administração pública federal direta e indireta e em igualdade de oportunidade com os demais candidatos, tanto em concursos públicos para o provimento de cargos efetivos e de empregos públicos, quanto em processos seletivos para a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

B) Ficam reservadas às pessoas com deficiência, no mínimo, oito por cento das vagas oferecidas para o provimento de cargos efetivos e cinco por cento das vagas para a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito da administração pública federal direta e indireta.

C) Fica assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever, no âmbito da administração pública federal direta e indireta e em igualdade de oportunidade com os demais candidatos, apenas nos concursos públicos para o provimento de cargos efetivos.

D) Não há estipulação legal de reserva de percentual de cargos para pessoas portadoras de deficiência quando se trata de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

E) Fica assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever, no âmbito da administração pública federal direta e indireta e em igualdade de oportunidade com os demais candidatos, apenas nos processos seletivos para a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

#### Questão 96

Ainda no que tange à reserva de percentual de vagas destinada às pessoas com deficiência no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar:

A) O percentual mínimo de reserva não será observado na hipótese de aproveitamento de vagas remanescentes e na formação de cadastro de reserva.

B) As vagas reservadas às pessoas com deficiência no âmbito da administração pública federal direta e indireta e em igualdade de oportunidade com os demais candidatos, não poderão ser ocupadas por candidatos sem deficiência na hipótese de não haver aprovação de candidatos com deficiência processo seletivo que vise a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a referida situação só é permitida em se tratando de não haver aprovação de candidatos com deficiência em concurso público.

C) Na hipótese de concurso público ou de processo seletivo regionalizado ou estruturado por especialidade, o percentual mínimo de reserva não poderá ser aplicado ao total das vagas do edital, ainda que os casos em que seja demonstrado que a aplicação regionalizada ou por especialidade não implicará em redução do número de vagas destinadas às pessoas com deficiência.

D) As vagas reservadas às pessoas com deficiência no âmbito da administração pública federal direta e indireta e em igualdade de oportunidade com os demais candidatos, poderão ser ocupadas por candidatos sem deficiência na hipótese de não haver aprovação de candidatos com deficiência no concurso público, assim como acontece nos casos do processo seletivo para a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

E) As vagas reservadas às pessoas com deficiência no âmbito da administração pública federal direta e indireta e em igualdade de oportunidade com os demais candidatos, não poderão ser ocupadas por candidatos sem deficiência na hipótese de não haver aprovação de candidatos com deficiência no concurso público, apenas é permitido que isso ocorra em se tratando de processo seletivo que

visar a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

#### Questão 97

Sobre as tecnologias assistivas e adaptações para a realização de provas em concursos públicos e em processos seletivos, é correto dizer que:

A) Fica assegurado aos candidatos com deficiência visual: a prova impressa em braile; a prova impressa em caracteres ampliados, com indicação do tamanho da fonte; a prova gravada em áudio por fiscal leitor, com leitura fluente; e a prova em formato digital para utilização de computador com software de leitura de tela ou de ampliação de tela. Além disso, assegura-se ainda a designação de fiscal para auxiliar na transcrição das respostas.

B) Fica assegurado aos candidatos com deficiência auditiva a prova gravada em vídeo por fiscal intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras, que possua necessariamente a habilitação no exame de proficiência do Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa - Prolibras.

C) Fica assegurado aos candidatos com deficiência auditiva autorização para utilização de aparelho auricular, independentemente de inspeção pela autoridade responsável pelo concurso público ou pelo processo seletivo, eis que a própria comprovação da deficiência possui o condão de garantir a integridade do certame.

D) Fica assegurado aos candidatos com deficiência física, alternativamente o mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova; ou a designação de fiscal para auxiliar no manuseio da prova e na transcrição das respostas, ficando a critério do candidato expressar e justificar a sua opção no momento da inscrição.

E) Fica assegurado aos candidatos com deficiência física, uma sala específica, necessariamente localizada no andar térreo dos locais onde serão realizadas as provas, bem como, banheiros adaptados e exclusivos, separados dos de uso coletivo no local onde será realizado o certame.

#### Questão 98

No que tange ao chamado “Selo de Desburocratização e Simplificação”, é correto o que se afirma em:

A) Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão é dispensada a exigência de reconhecimento de firma, devendo o próprio agente administrativo confrontar a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento.

B) Em que pese o objetivo de desburocratização e visando evitar fraudes, não se pode admitir a autenticação de cópia de documento feita pelo agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia.

C) Não é permitida a dispensa de apresentação de autorização com firma reconhecida para viagem de menor, ainda que os pais estejam presentes no embarque.

D) É permitida a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido, desde que o agente administrativo alegue possuir dúvida sobre sua autenticidade.

E) Quando, por motivo imputável ou não ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

#### Questão 99

Sobre os consórcios públicos, assinale a alternativa correta:

A) É vedado à União celebrar convênios diretamente com os consórcios públicos.

B) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte ao menos 50% dos Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.

C) O consórcio público constituirá sempre associação pública.

D) Para a celebração de convênios entre a União e os consórcios públicos, com o objetivo de viabilizar a prestação de políticas públicas em escalas mais adequadas, as exigências de regularidade se aplicam a cada ente federativo consorciado, separadamente.

E) Para a celebração de convênios entre a União e os consórcios públicos, com o objetivo de viabilizar a prestação de políticas públicas em escalas mais adequadas as exigências legais de regularidade aplicar-se-ão ao próprio consórcio público envolvido, e não aos entes federativos nele consorciados.

#### Questão 100

A respeito da contratação de funcionários pelos consórcios públicos, pode-se afirmar que:

A) O consórcio público, desde que opte pela personalidade jurídica de direito privado, observará as normas de direito público no que concerne à admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

B) O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público ou privado, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

C) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito privado, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.

D) O consórcio público com personalidade jurídica de direito privado não integra, para todos os efeitos, a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

E) Os entes consorciados entregarão recursos ao consórcio público preferencialmente por meio de contrato de rateio, não obstante poderem escolher outras modalidades legais.